



---

**ANEXO A**  
**CADERNO DE ENCARGOS**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

1. É objeto do presente contrato a aquisição de serviços de manutenção e gestão dos sistemas de deteção de intrusão instalados nos edifícios sob tutela direta da Câmara Municipal de Guimarães, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

**Cláusula 2.ª**

**Partes**

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

**Cláusula 3.ª**

**Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.
2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 4.ª**

**Gestor do contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é Parcídio Salgado, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.



3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.
4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Prazo e plano de execução**

1. O prazo de execução é de 36 meses, com início em dezembro e após assinatura do contrato.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo<sup>1</sup> ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Obrigações do adjudicatário**

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;

---

<sup>1</sup> Quando aplicável



- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;
- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Subcontratação**

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço contratual**

1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Procedimentos para pagamento**

1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.



2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.
4. Prazo de pagamento: mensal.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Caução<sup>2</sup>**

1. O adjudicatário prestará caução de 5% do valor do preço contratual.
2. A caução pode ser executada ao primeiro pedido feito à entidade garante, sem necessidade de interposição de qualquer procedimento judicial, para satisfação de quaisquer quantias que o adjudicatário deve pagar ao contraente público, nomeadamente pela aplicação das sanções contratuais.
3. Se a caução for efetuada por depósito em dinheiro, proceder-se-á de modo equivalente ao disposto no número anterior.
4. A caução terá de estar vigente até ao prazo limite estabelecido no número 1 da cláusula 14.ª, do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Obrigações do contraente público**

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.
3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Modificações objetivas**

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços

---

<sup>2</sup> Se aplicável. Ver art.º 88.º do CCP.



complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Sanções contratuais**

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º com as devidas adaptações.
2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção ser anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.
3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Prazo de garantia**

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é dois anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Resolução do contrato**

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.



---

**Cláusula 16.ª****Revogação do contrato**

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

**Cláusula 17.ª****Eficácia financeira**

1. Nos casos em que o contrato esteja sujeito ao exercício dos poderes de fiscalização financeira prévia, pelo Tribunal de Contas, não será conferida eficácia financeira às disposições relativas ao pagamento do preço contratual, nos termos legais aplicáveis.
2. O disposto no número anterior implica que não sejam reconhecidas quaisquer obrigações por parte do contraente público antes da concessão de *Visto*, tanto no que diz respeito a pagamentos, seja na contagem de prazo para efeito de pagamento de juros.

**Cláusula 18.ª****Dever de sigilo**

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a



---

revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 19.ª**

**Lei aplicável**

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.

**Cláusula 20.ª**

**Foro competente**

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.



---

**Cláusulas especiais**  
**do caderno de encargos**

**Parte I**

**Caracterização do serviço**

**1. Objetivo**

O presente documento estabelece as regras aplicáveis à contratação dos serviços de instalação, gestão e manutenção dos sistemas de deteção de intrusão, instalados nos edifícios sob tutela direta da Câmara Municipal de Guimarães.

Pretende-se garantir não apenas a correta operacionalidade, mas também um funcionamento eficiente dos equipamentos incluindo a sua manutenção, proporcionando a segurança dos edifícios.

**2. Objeto e caracterização dos serviços a prestar**

O objeto do presente concurso é a contratação de serviços de instalação, gestão e manutenção dos sistemas de intrusão, que se encontram instalados nos edifícios listados no Anexo 1.

Os concorrentes poderão e deverão, mediante comunicação prévia do Município, validar localmente os equipamentos instalados.

O serviço deve obrigatoriamente incluir sob pena de exclusão o seguinte:

2.1. Reparação de todos os equipamentos necessários para o bom funcionamento dos sistemas dos edifícios, referidos no Anexo 1.

**- Fornecimento e montagem de equipamento de intrusão nos edifícios do Anexo 1 que não dispõe do equipamento, incluindo fornecimento e montagem de central de intrusão e os detetores necessários para a cobertura do espaço.**

2.2. Ligação dos equipamentos a uma central de deteção de eventos operacional 24 horas por dia, 365 dias por ano e gestão dos eventos de intrusão, que inclui:

- a) Fornecimento e montagem do equipamento de comunicação;
- b) Gestão dos eventos 24 horas por dia e 365 dias por ano;
- c) **Encargos com a manutenção e reparação de todos os equipamentos existentes, e que vierem a ser instalados pela empresa a qual for adjudicado o serviço, incluindo o fornecimento dos materiais;**
- d) Fornecimento e montagem de baterias em todos os equipamentos referidos no Anexo 1;
- e) Assistência técnica 24 horas por dia e 365 dias por ano, para todos os equipamentos do Anexo 1;
- f) Patrulha de intervenção rápida com evento real;
- g) Encargos com comunicação via GPRS/GSM;
- h) Seguro de furto com cobertura mínima de 1.000,00€.

**3. Local da prestação dos serviços**

Área geográfica do Município de Guimarães



#### **4. Rejeição de produtos ou serviços por razões de qualidade**

Verificando-se que os artigos fornecidos ou serviços prestados não podem ser aceites por razões de qualidade, a entidade adjudicante dará um prazo razoável ao adjudicatário para a sua reparação ou substituição.

#### **5- Patentes, licenças e marcas registadas**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

## **Parte II**

### **Clausulas Técnicas**

#### **1. Designação e características dos serviços**

Em anexo mapa com características dos equipamentos instalados o qual fazem parte deste contrato (Anexo 1).

#### **2. Características dos serviços**

- Serviços de segurança abrangidos pelo Alvará ou Licença C, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º da Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto (as atividades previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, são exercidas exclusivamente pelas entidades de segurança privada habilitadas com Alvará ou Licença C);
- Serviços de segurança abrangidos pelo Alvará ou Licença A, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º da Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto (as atividades previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 34/2013 de 16 de maio são exercidas exclusivamente pelas entidades de segurança privada habilitadas com Alvará ou Licença A);
- Central de Segurança certificadas;
- Serviço 24 horas monitorização de alarmes;
- Contra senha;
- Monitorização de comunicações;
- Atendimento ao Cliente 24 Horas;
- Assistência Técnica 24 Horas;
- Informação do controle de acesso;
- Patrulha de intervenção rápida com evento real.

#### **3. Elementos e materiais necessários à manutenção**

3.1. Os encargos com todos os elementos e materiais necessários à manutenção dos equipamentos serão suportados pela entidade adjudicante.

3.2. No final do contato todos os equipamentos e materiais instalados são propriedade do Município.

#### **4. Pessoal técnico deveres**

4.1. O Pessoal técnico da entidade responsável pela execução deve:



- a) Ser constituído por profissionais devidamente credenciados;
- b) Pertencer ao quadro técnico da entidade responsável pela execução;
- c) Ter um diretor técnico, credenciado para este tipo de atividade, a quem compete dirigir as ações de manutenção.

4.2. O adjudicante deverá elaborar fichas de registo das Inspeções e operações realizadas de manutenção, onde registe os resultados obtidos para cada equipamento e assim comparar o seu comportamento ao longo do tempo de funcionamento.

4.3. No final de cada inspeção ou operação de manutenção, deverá ficar registado em documento os procedimentos a tomar e dar conhecimento ao responsável pelo Edifício para análise e decisão.

## **5. Seguro de responsabilidade civil**

A entidade responsável pela execução deve ter, obrigatoriamente, um seguro de responsabilidade civil para cobrir os danos materiais e corporais sofridos por terceiros, resultantes dos trabalhos realizados.

## **6. Incompatibilidades**

O pessoal da entidade responsável pela execução fica obrigado a segredo profissional em relação a todos os documentos, e demais informações de que tiver tomado conhecimento no exercício das suas funções.

## **7. Características técnicas do equipamento de intrusão:**

Central Alarme:

- Central responsável por reunir toda a informação dos vários detetores;
- Capacidade de transmissão com uma CRA (Central Recetora de Alarmes);
- Central com possibilidade de verificar os últimos 4.000 eventos;
- Comunicações asseguradas por GPRS/GSM;
- Central com capacidade para controle de acessos;
- Central com aplicação de controlo à distância via internet;
- Temperatura de operação 0°/+40°C (32°/104°F).

Detetor Interior com câmara:

- Detetores vídeo volumétricos via rádio;
- Câmara-CMOS com lente de ângulo de 110 ° de largura e ajustável;
- Detetor infravermelho passivo com lente para até 12m de largura e 90° de padrão de cobertura;
- Resolução de vídeo de 320 x 240 pixels;
- Preparado para temperaturas entre 0 ° e 50 °, com um máximo de humidade relativa 90%.



### Parte III

#### Condições gerais

##### 1. Preço base

O preço base é de 62.000,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2. Para qualquer esclarecimento adicional deverá ser contactada a entidade adjudicante.

##### 3. Documentos da Proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

3.1. A Proposta de preço total apresentada em euros da seguinte forma:

| Item         | Designação                                                                                       | Unid. | Quant. | P. Unitário | Valor |
|--------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------|-------------|-------|
| 1            | Prestação do serviço referido no ponto 2 da Parte I das cláusulas especiais do caderno encargos. | Mês   | 36     |             |       |
| <b>Total</b> |                                                                                                  |       |        |             |       |

3.2. Programa de trabalhos, incluindo todos os elementos requeridos no caderno de encargos;

3.3. Documentos identificando a constituição da equipa técnica - coordenador e técnicos;

3.4. Comprovativo da existência de seguro de furto com cobertura mínima de 1.000,00€;

3.5. Outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para efeitos do disposto do artigo 57.º do CCP.

| ITEM | DESIGNAÇÃO                                                               | N. Centrais c/<br>cartão gsm |
|------|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| 1    | ALAMEDA PROFESSOR ABEL SALAZAR ESCOLA BASICA DE RONFE                    | 1                            |
| 2    | <a href="#">AVENIDA DA ESCOLA BASICA ESCOLA BÁSICA DE URGEZES</a>        | 3                            |
| 3    | AVENIDA JACINTO MONTEIRO ESCOLA BASICA DE CONDE                          | 1                            |
| 4    | AVENIDA PDE JOÃO FERNANDES MACHADO ESCOLA BASICA MOTELO, FERMENTÕES      | 1                            |
| 5    | LUGAR DA IGREJA NOVA ESCOLA BASICA DE ALDÃO                              | 1                            |
| 6    | LUGAR DA MURTEIRA ESCOLA BASICA DE LONGOS                                | 1                            |
| 7    | LUGAR N. SRA DA CONCEIÇÃO. ESCOLA BASICA N. SRA DA CONCEIÇÃO, FERMENTÕES | 1                            |
| 8    | LUGAR DO DESERTO ESCOLA BÁSICA DE PRAZINS ST. TIRSO                      | 1                            |
| 9    | <a href="#">LUGAR DO MONTE ESCOLA BASICA GUARDIZELA</a>                  | 2                            |
| 10   | LUGAR DO TELHADO ESCOLA BASICA DE PENCELO                                | 1                            |
| 11   | PRACETA GOMES EANES DE ZURARA, SALGUEIRAL CREIXOMIL                      | 1                            |
| 12   | <a href="#">RUA 25 DE ABRIL ESCOLA BASICA DE INFANTAS</a>                | 2                            |
| 13   | RUA 25 DE ABRIL ESCOLA BASICA S. FAUSTINO                                | 1                            |
| 14   | RUA 25 DE ABRIL ESCOLA BASICA S ROQUE/COSTA                              | 1                            |
| 15   | RUA ANTÓNIO GOMES MARINHO ESCOLA BASICA SELHO S. LOURENÇO                | 1                            |
| 16   | <a href="#">RUA BANDA DE MUSICA ESCOLA BASICA DO PINHEIRAL, CALDELAS</a> | 2                            |
| 17   | RUA CASAS NOVAS 223 ESCOLA BASICA AIRÃO S. JOÃO                          | 1                            |
| 18   | RUA CASTRO SOBROSO ESCOLA BASICA SANDE S LOURENÇO                        | 1                            |
| 19   | RUA CMD JOAQUIM SOUSA OLIVEIRA ESCOLA BASICA OLIVEIRA DO CASTELO         | 1                            |
| 20   | <a href="#">RUA DA CIRCUNVALAÇÃO ESCOLA BASICA DE PEVIDEM N 1</a>        | 2                            |
| 21   | RUA DA ESCOLA . ESCOLA BASICA ARIAO SANTA MARIA                          | 1                            |
| 22   | RUA DA ESCOLA . ESCOLA BASICA ATÃES                                      | 1                            |
| 23   | RUA DA ESCOLA . ESCOLA BASICA DE BARCO                                   | 1                            |
| 24   | RUA DA ESCOLA . ESCOLA BASICA DE DONIM                                   | 1                            |
| 25   | RUA DA ESCOLA . ESCOLA BASICA DO PINHEIRO                                | 1                            |
| 26   | RUA DA ESCOLA . ESCOLA BASICA SANDE VILA NOVA                            | 1                            |
| 27   | <a href="#">RUA DA IGREJA ESCOLA BASICA DE BRITEIROS S.SALVADOR</a>      | 2                            |
| 28   | RUA DA LIBERDADE ESCOLA BASICA MOSCOTELOS                                | 1                            |
| 29   | RUA DA MUDA ESCOLA BASICA SELHO S CRISTOVAO                              | 1                            |
| 30   | RUA DA PÉGADA ESCOLA BASICA PEGADA AZURÉM                                | 1                            |
| 31   | RUA DA PONTE NOVA ESCOLA BÁSICA DE SILVARES                              | 1                            |
| 32   | <a href="#">RUA DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS ESCOLA BASICA CASAIS BRITO</a>     | 2                            |
| 33   | RUA DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS ESCOLA BASICA RIBEIRA BRITO                    | 1                            |
| 34   | RUA DE CANEIROS ESCOLA BASICA CANEIROS FERMENTÕES                        | 1                            |
| 35   | RUA DE FERMIZ ESCOLA BASICA DE VERMIS, MOREIRA DE CÓNEGOS                | 1                            |
| 36   | RUA DE ROUPEIRO 100 JARDIM INF AIRÃO S. JOÃO                             | 1                            |
| 37   | RUA DE SERNANDE ESCOLA BASICA DE CANDOSO S MARTINHO                      | 1                            |
| 38   | RUA DE S.JOSÉ ESCOLA BASICA TABUADELO                                    | 1                            |

|    |                                                                                      |                   |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| 39 | RUA D.MARIA I ESCOLA BASICA MONTE LARGO - AZUREM                                     | 1                 |
| 40 | RUA DO ALTO ESCOLA BASICA ALTO / LORDELO                                             | 1                 |
| 41 | RUA DO BOCAGE ESCOLA BASICA DE BRITEIROS ST. ESTEVÃO                                 | 1                 |
| 42 | RUA DO CALVÁRIO ESCOLA BASICA GONDAR                                                 | 1                 |
| 43 | <a href="#">RUA DO CARREIRO 86</a> <a href="#">ESCOLA BASICA CARREIRO LORDELO</a>    | <a href="#">2</a> |
| 44 | RUA DOMINGOS DA SILVA 72 ESCOLA BASICA SANDE S CLEMENTE                              | 1                 |
| 45 | RUA DO PINHAL ESCOLA BASICA DA CHARNECA CALDELAS                                     | 1                 |
| 46 | RUA DO SERRADO ESCOLA BASICA STA LEOCÁDIA                                            | 1                 |
| 47 | RUA DOS MOINHOS ESCOLA BASICA DE PONTE                                               | 1                 |
| 48 | RUA DR. ELVIRA CRUZ GONÇALVES ESCOLA BÁSICA SOUTO SANTA MARIA                        | 1                 |
| 49 | <a href="#">RUA FAMÍLIA FARIA ABREU ESCOLA BASICA S. TORCATO</a>                     | <a href="#">2</a> |
| 50 | RUA GRUPO DESPORTIVO 81 ESCOLA BASICA DE SERZEDELO                                   | 1                 |
| 51 | RUA NOSSA SRª FÁTIMA JARDIM INFÂNCIA SOUTO SANTA MARIA                               | 1                 |
| 52 | RUA PADRE ANTÓNIO F. RIBEIRA 359 ESCOLA BASICA SANDE S.MARTINHO                      | 1                 |
| 53 | RUA PADRE ANTÓNIO MATOS 107 ESCOLA BÁSICA CORVITE                                    | 1                 |
| 54 | RUA PADRE JOÃO MOREIRA LEITE ESCOLA BASICA PRAZINS STA EUFÉmia                       | 1                 |
| 55 | RUA PDE ANTONIO PEREIRA SILVA 36 ESCOLA BASICA DE GANDARELA                          | 1                 |
| 56 | <a href="#">RUA PROF. MARIA AMÉLIA MAIA ESCOLA BASICA ALTO DA BANDEIRA CREIXOMIL</a> | <a href="#">2</a> |
| 57 | <a href="#">RUA QUINTA DO VALE ESCOLA BÁSICA QUINTA DO VALE POLVOREIRA</a>           | <a href="#">2</a> |
| 58 | RUA SANTO ANDRÉ ESCOLA BÁSICA DE CALVOS                                              | 1                 |
| 59 | RUA SÃO MIGUEL 491 ESCOLA BASICA DE SERZEDO                                          | 1                 |
| 60 | RUA SÃO ROMÃO ESCOLA BASICA S ROMÃO MESÃO FRIO                                       | 1                 |
| 61 | RUA S. TOME ESCOLA BASICA AGOSTINHO DA SILVA, ABAÇÃO                                 | 1                 |
| 62 | RUA TEIXEIRA PASCOAIS-QUINTÃ ESCOLA BASICA STA LUZIA, AZURÉM                         | 1                 |
| 63 | RUA VISCONDE DO PAÇO ESCOLA BASICA NESPEREIRA                                        | 1                 |
| 64 | URBANIZAÇÃO CRUZ D'ARGOLA ESCOLA BASICA CRUZ D,ARGOLA, MESÃO FRIO                    | 1                 |